



Anais da Assembléia

Nº 86

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 85ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 1980

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e José Domingos.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanolorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, Airton Cordeiro, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Rosário Pitelli, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer (43); achando-se ausentes os Senhores Deputados Cyro Martins, David Cheriegate, Del Ciel, Egon Pudell, João Mansur, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Palácios, Pinto Dias, Renato Bueno, Romero Filho, Trajano Bastos, Valduga e Wilson Fortes (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital do DOUTOR ARNALDO GILBERTI.

O extinto era médico psiquiatra, com especialização no antigo Departamento Nacional de Saúde Mental, ocupou relevantes cargos no ensino onde era docente da cadeira de Psiquiatria da Universidade Federal do Paraná, como na Secretaria da Saúde, onde exerceu o cargo de Diretor do Hospital Colônia Adauto Botelho, do ex-Departamento de Saúde Mental, atual Programa de Saúde Mental, e médico do Hospital Nossa Senhora da Luz. Desenvolveu intensa atividade no setor de Psiquiatria do Estado onde foi o responsável pela instalação de diversos ambulatórios de Saúde Mental nas cidades polo do Estado, bem como o idealizador do Pronto Socorro Psiquiátrico.

Requer outrossim, que se dê ciência do inteiro teor do presente à família enlutada na pessoa de sua esposa Dona EDNEE FERREIRA GILBERTI, residente à Rua Frei Orlando n.º 121, Jardim Social, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1980.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER seja encaminhado o abaixo-assinado de pais e alunos, bem como dos moradores da Vila Camargo, onde reivindicam a ampliação do prédio que abriga a Escola Deputado Olívio Belich, bem como o funcionamento da 5.ª à 8.ª séries do primeiro grau. Requer, também seja feito um apelo ao Senhor Secretário no sentido de que sejam atendidas as reivindicações.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1980.

a) JOSÉ DOMINGOS TEIXEIRA

JUSTIFICATIVA:

É uma reivindicação das mais justas a que fazem o que subscrevem o abaixo-assinado. Os estudantes ao concluírem a quarta série do primeiro grau se vêem, de um momento para outro, impedidos que continuarem as aulas no mesmo estabelecimento e são forçados a procurar outros estabelecimentos, mais distantes, e correndo o risco de não encontrarem vagas. Acreditamos que o Senhor Secretário da Educação se mostre sensível a mais esta reivindicação, como dissemos, das mais justas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ofício ao Senhor Secretário Edson Machado, da Educação, reiterando o apelo feito em março no sentido da implantação da padronização do material escolar e do uniforme escolar nas escolas oficiais de ensino no Paraná.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1980.

a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

Em março deste ano, fomos procurados por centenas de pais de alunos no sentido de que prestássemos auxílio financeiro para compra de material escolar. Na ocasião sentimos a disparidade entre uma e outra escola quanto ao material escolar exigido. Algumas exigências, no nosso e no entendimento dos pais de alunos, eram absurdas. Por isso, solicitamos, de imediato, ao Senhor Secretário da Educação, a formação de um grupo de trabalho para estudar a implantação da padronização do material escolar já a partir do próximo ano letivo. Voltamos ao assunto, esperando que o Senhor Secretário da Educação esteja atento à reivindicação que não é nossa, mas de uma grande parcela da população.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Estamos encaminhando à Mesa Executiva desta Assembléia Legislativa, dois requerimentos de nossa autoria, pedindo empenho do Senhor Secretário Edson Machado, da Educação, no sentido de solucionar dois problemas importantes. Num dos requerimentos, reiteramos a nossa solicitação feita em março deste ano, no sentido de que uma Comissão Especial fosse instituída, visando a implantação já a partir do próximo ano letivo, da padronização do material escolar e do uniforme escolar em toda a rede oficial de ensino do Estado do Paraná. Voltamos agora ao assunto porque fomos solicitados por alguns pais de alunos que, no início deste ano, se viram em situação embar-

coisa por não poderem arcar com as despesas de compra do material escolar.

Na realidade, parece que alguns diretores, professores ou professoras estão desatentos quanto à situação econômica difícil porque passa grande maioria da nossa população. Sentimos isso quando éramos procurados por dezenas de pais de alunos que nos mostravam a relação do material escolar que era exigido pelas escolas. E vimos os absurdos que eram ou estavam sendo cometidos.

Temerosos que o mesmo fenômeno, dizemos fenômeno porque é este o termo, a adjetivação que cabe ante os fatos acontecidos, volte a se repetir no próximo ano letivo. Acreditamos que num país, onde se pretende extinguir com o cafezinho para o funcionário público, como se isso fosse resolver o problema das grandes mordomias, que o poder público deve pensar, também, naquele homem do salário-mínimo que manda seus filhos para as escolas oficiais e que se vê apavorado ante algumas listas de material escolar absurdamente elaboradas dentro de um critério de desigualdade.

Num País onde tanto se fala em racionalização, o mínimo que se pode esperar daqueles que, mais de perto, tratam dos problemas que afetam o trabalhador menos aquinhoado, é que se sensibilizem ante as necessidades de cada um.

A padronização do material escolar, do uso do uniforme, é uma necessidade imperiosa. Não se pode admitir que determinados professores, por exemplo, exijam de cada aluno de certa escola leve quinhentas folhas de papel sulfite, ou seis cadernos com cem folhas cada um para gramática. Ou vinte canetas esferográficas. Será um desperdício de material. Um desperdício do dinheiro do trabalhador que já ganha pouco. É preciso que o Senhor Secretário da Educação pense seriamente neste assunto.

Em nosso segundo requerimento, estamos encaminhando um abaixo-assinado contendo quase duzentas assinaturas de moradores e pais de alunos de Vila Camargo. Estão reivindicando uma ampliação do prédio onde funciona a Escola Deputado Olívio Belich, bem como a implantação da quinta à oitava séries do primeiro grau. É uma das reivindicações das mais justas porquanto ao terminar a quarta série o aluno se vê tolhido em sua ânsia de continuar estudando no mesmo estabelecimento.

Restam-lhe, então, duas alternativas: ou deixa de estudar ou se submete a duras caminhadas até outros estabelecimentos escolares, que se localizam em áreas mais distantes, inclusive, em outros bairros.

Não é possível que as autoridades do nosso Estado, que sempre se mostraram sensíveis a este tipo de apelo, de reivindicação, deixem de atender aos desejos de dezenas de pais de alunos que, antes de mais nada, desejam ver seus filhos continuando seus estudos."

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha presença na tribuna é apenas para o registro de uma matéria hoje divulgada numa das melhores revistas do Sul do Brasil, a nossa querida revista "Paraná em Páginas".

É que acabo de receber a revista "Paraná em Páginas", referente ao mês de agosto e dentre as matérias nela inserida, tive minha atenção voltada para um trabalho documentado por uma série de fotografias, com o título: — "Povo do Interior tem saudade de Jayme Canet Júnior".

Diz a matéria: — "Quanto mais passam os dias aumenta a saudade do povo do interior do Paraná, do tempo de Governo Estadual do: Sr. Jayme Canet Júnior. Na realidade, o período de Canet foi marcado por muitas obras; por atendimento rápido às reivindicações municipalistas, disso resultando uma gratidão paranaense que ninguém pode contestar. As seguidas visitas de Canet, a maneira franca como conversava com os Líderes

do interior, prestigiando no que era possível fazer, e sendo sincero nas negativas, estas acompanhadas com justificativas bem procedentes, tudo a servir para que a coletividade interiorana lembre, a todo instante, o nome do ex-Governador com o detalhe significativo de que essa recordação é com saudade da pessoa e do Governo.

Liderando o Partido Popular no Paraná, o nome de Jayme Canet Júnior ganha aceitação impressionante, mesmo hostilizado, algumas vezes, e levado a comparações, estas sempre mostrando que a opinião pública é inteiramente favorável a Canet.

Seguidamente ele tem ido ao interior, em cujas oportunidades, a sua presença é motivo de festa, o que tem valor maior, porque tudo é espontâneo, já que inexistente participação oficial nessas recepções."

Na verdade, Srs. Deputados, hoje ninguém ignora a extraordinária popularidade de Jayme Canet Júnior, possivelmente crescida, ainda mais, porque depois da sua saída, praticamente pararam as obras do Estado, em matéria de estradas, em matéria de reformas, de construções, muito pouco se fez após a sua saída.

Contudo, o mérito da reportagem está no fato de ter sido lembrado quando não tem nas mãos o que se convencionou chamar "a caneta cheia", e isso é importante. É um ex-Governador que não tem a "caneta cheia", uma vez que está fora do Governo, e daí o fato que nos chamou a atenção pela excelente reportagem e pelos dados ali traduzidos.

E nós que temos andado pelo interior do Paraná, temos podido medir a enorme saudade que o povo tem de Jayme Canet Júnior. Esta a razão de nossa presença na tribuna, para este registro, e os nossos cumprimentos à revista "Paraná em Páginas", por mais este feliz trabalho jornalístico.

Apenas isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador). O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Consulto à Liderança do PTB se deseja fazer uso de seu horário. — (Ausente).

Consulto à Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso de seu horário. — (Declina).

Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso de seu horário. — (Declina).

Consulto, no horário reservado ao PDS. Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Quero registrar com satisfação, primeiramente, um ofício que esta Casa recebeu do Sr. Secretário da Agricultura, recentemente, em atenção a um documento que esta Casa lhe dirigiu, inclusive ao Sr. Governador, subscrito por todos os Srs. Deputados desta Casa, quando o Poder Legislativo pediu ao Governo do Estado, que as medidas e os programas de combate ao câncer cítrico do Paraná tivessem um tratamento especial, que culminassem com um trabalho sério e objetivo, o que não vinha e não vem sendo feito até o presente momento.

Naquela comunicação em que o Sr. Secretário da Agricultura encaminhava juntamente a um ofício às propostas que fazia ao Ministério da Agricultura, objetivando, então, atingir as sugestões desta Casa, vimos que desse trabalho da Assembléia, conjugado com os esforços da Secretaria da Agricultura, aquele Ministério determinou a publicação de quatro resoluções, através da Secretaria de Defesa Vegetal, em que são da maior importância para a economia do Paraná e com repercussão nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul.

A Resolução número 1, publicada no Diário Oficial da União, do dia 05 de maio, estabelece, pela primeira vez, a área em que deve ser atingida pela erradicação dos pomares, quando verificado o foco da doença.

No Paraná, vem sendo feito o combate indiscriminadamente. Ou seja, não havia limite estabelecido. Quando se iniciava o corte de pomares, essa mesma erradicação acontecia em toda a área, em toda a região.

Pela Resolução n.º 1, uma distância de 200 metros do foco localizado, ou verificado pela Campanha de Erradicação, se faz necessária.

Na Resolução n.º 2, também de maior importância, estabelece prazos de reinspeções após o corte dos pomares. Também até o presente, não havia alguma disposição legal ou alguma determinação oficial do Ministério nesse sentido.

Agora sabemos que, por essa Resolução, a Campanha de Erradicação do Câncer Cítrico tem a obrigação de proceder a quatro reinspeções, no máximo. Haverá casos em que se verificará a necessidade de quatro reinspeções nas rebrotas. E elas devem ser de seis em seis meses.

Isso quer dizer que havendo corte dos pomares, com quatro reinspeções intercaladas de seis em seis meses, estabeleceu o Ministério, pela primeira vez, um prazo que estamos sabendo, que será de dois anos, no mínimo, em que há o corte e o replantio.

Nas Resoluções n.ºs 3 e 4, as últimas, trata-se da comercialização, do replantio, e outras coisas mais da campanha, que são, ao nosso entendimento, de efeito menor. Se bem que necessárias.

Portanto, abre-se, agora, no Paraná, perspectivas de termos, em regiões de terra e climas apropriados, pomares cítricos, não só para nosso consumo e para a economia interna, como também a possibilidade de produzirmos em escala comercial, como também a possibilidade de, num prazo curto, exportarmos.

Aquelas outras vantagens, além da proteção de que trata, às regiões interditadas, que são 181 municípios, mais ou menos, também medidas visando a proteção das áreas que temos ainda indenens, que é o caso, felizmente, de Cerro Azul, que esta doença ainda não chegou lá.

Em contato telefônico com o Sr. Secretário da Agricultura, tive também a satisfação de saber que, o Banco do Brasil tem já aqui em nosso Estado, um depósito em favor da Secretaria, de 126 milhões de cruzeiros, com a finalidade de se iniciar esta campanha, com os objetivos das resoluções e das determinações ministeriais que acabei de, sobre elas, me referir.

Assim sendo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, apenas para registrar e, com satisfação, de que, os pronunciamentos desta Casa, as solicitações dos Srs. Deputados encontraram ressonância e eco por parte do Governo do Estado, motivo pelo qual eu venho aqui fazer o registro e o agradecimento pela atenção porque, é a primeira vez que, embora tantas vezes tenhamos falado sobre o assunto, é a primeira vez que esta Casa recebeu correspondência e satisfação, por parte do Executivo, das medidas tomadas. Entendendo eu que, medidas como esta o Estado aguardava há alguns anos, quero crer que, a maior parte das dificuldades que a campanha vem encontrando em se arrastando por quinze, dezesseis anos, agora, essas dificuldades serão sanadas. Daí ficar o registro, nesta Casa, e o agradecimento deste Deputado, às medidas das Secretarias, às propostas, às sugestões das Secretarias, e às medidas tomadas pelo Ministério.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/80, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “Casa do Bom Menino de Arapongas”, com sede e foro na cidade de Arapongas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 57/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada como de utilidade pública, a CASA DO BOM MENINO DE ARAPONGAS, com sede e foro na cidade de Arapongas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1980.

a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública tem por finalidade acolher, amparar e educar crianças de ambos os sexos, domiciliados naqueles município, sem distinção de cor, nacionalidade ou raça.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação em vigor no Estado.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 57/80

O Projeto de Lei n.º 57/80, de autoria do Deputado Eron- dy Silvério, que visa declarar de utilidade pública a “CASA DO BOM MENINO”, com sede e foro na cidade de Arapongas, obedeceu, quanto ao seu encaminhamento, às disposições regimentais.

No que respeita ao mérito da iniciativa, nada há a obstar visto o profundo alcance social das finalidades a que se dedica a instituição a ser beneficiada.

Por outro lado, o projeto não fere qualquer dispositivo constitucional e se enquadra dentro do previsto pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para declaração de utilidade pública.

Considerando-se o acima exposto, nosso parecer é favorável, no sentido da APROVAÇÃO do presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58/80, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública a “Caritas Diocesana de Jacarezinho”, com sede e foro na cidade de Jacarezinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 58/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “Caritas Diocesana de Jacarezinho”, com sede e foro no Município de Jacarezinho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1980.

a) PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social e filantropia, junto a comunidade de Jacarezinho, granjeando-lhe o reconhecimento público municipal, através da Lei n.º 461, de 14/12/66, conforme fotocópia anexa.

A documentação que anexamos ao presente processo, comprova estarem cumpridas as exigências legais, para que haja o reconhecimento público no âmbito estadual.

Com isso apresentamos o presente projeto de lei que temos certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 58/80

De autoria do nobre Deputado Florisvaldo Palácios, o projeto de lei que ora se examina visa declarar de utilidade pública a "CARITAS DIOCESANA DE JACAREZINHO", com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Do exame da documentação apresentada, verifica-se que a entidade que se quer beneficiar vem prestando inestimáveis serviços no campo de assistência social, no Município de Jacarezinho.

Sob o ponto de vista legal e constitucional, uma vez que a matéria não fere qualquer dispositivo da Carta Magna Estadual e tendo sido cumpridas as normas estabelecidas pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

WALDYR PUGLIESI — Relator

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Arnaldo Gilberti. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso à Associação de Câmaras Municipais do Paraná e aos Vereadores deste Estado, pela realização em Curitiba, do seu Congresso. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, pelo transcurso do 37.º aniversário de sua fundação e inauguração de novas alas e capela do Hospital Evangélico e sala "Avelino Vieira", na Faculdade Evangélica do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Interior, encarecendo seja implantada rede telefônica no Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja concedido à Delegacia de Polícia de Jaguapitã, um veículo Volkswagen. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Segurança Pública e ao Departamento de Polícia Civil, no sentido de que forneçam mais recursos, em pessoal, veículos, equipamentos e verbas à Polícia do Município de Umuarama. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Agricultura e outras autoridades, encarecendo sejam solucionados os problemas de terras em litígio no Município de Assis Chateaubriand. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Justiça, encarecendo providências

no sentido da instalação de uma sub-sede da Junta Comercial do Paraná anexa à Associação Comercial e Industrial de Maringá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a instalação de um curso de segundo grau na cidade de Renascença. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que interceda junto aos órgãos do Governo Federal, a fim de ser reexaminado o assunto e que se permita a conclusão das obras rodoviárias, especialmente da BR-277. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministros do Planejamento e da Fazenda, encarecendo medidas de apoio às pequenas e médias empresas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 27/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a ligação dos telefones já instalados no Distrito de Boa Vista da Aparecida, Município de Capitão Leônidas Marques. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros da Agricultura, Governador do Estado e Secretaria da Agricultura, externando-lhes o reconhecimento desta Casa, pelas recentes determinações do referido ministério, através da Secretaria de Defesa Sanitária, tendo em vista o aperfeiçoamento de critérios que visam exterminar com o câncer cítrico em nosso Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de memorial da Associação Comercial e Industrial às autoridades federais da área econômica, manifestando o apoio do Legislativo Estadual às solicitações e ponderações da referida associação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, reiterando apelo no sentido da implantação da padronização do material escolar e do uniforme escolar nas escolas oficiais de ensino no Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encaminhando reivindicação dos moradores da Vila Camargo, no sentido da ampliação do prédio que abriga a Escola Deputado Olívio Belich, bem como o funcionamento da quinta à oitava série do primeiro grau. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências quanto à segurança no Município de Campo Mourão. — Em votação.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Augusto

Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, solicitei encaminhamento simplesmente porque fui eu que pedi para discussão este requerimento. Este requerimento é datado do dia 12 próximo passado, e naturalmente o requerimento formulado pelo Deputado Darcy Deitos foi em função de fatos ocorridos até a data do dia 12. E depois disso outros fatos mais graves talvez do que ele tivesse conhecimento ocorreram na área de segurança daquele município.

E tem sido, nestes últimos dias a área de segurança bastante criticada e abordada nesta Casa, dado ao aumento exagerado de criminalidade havido por todo o Estado. E não poderia Campo Mourão ficar fora de todo este contexto. Em Campo Mourão, tem-se registrado uma média de cinco roubos de automóveis, por noite. E na noite passada ainda roubaram quatro carros e dois assaltos à mão armada.

E na manhã de hoje, eu repeti, pela terceira vez, um telefonema à Chefia da Polícia Civil pedindo imediatas providências para que se possa fazer alguma coisa em satisfação ao povo daquele município. E ficou determinado de que irá para Campo Mourão o Corregedor da Polícia Civil e talvez a troca do delegado seja uma das medidas tomadas.

Por isto este requerimento do Deputado Darcy Deitos tem o meu voto de apoio com o adendo das denúncias que eu acabo de fazer, e também com as providências que estamos tomando para dar satisfação aos munícipes daquela cidade de Campo Mourão.

Era só e obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Em votação. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências no sentido de que seja regularizado o fornecimento de combustível às viaturas do Batalhão de Polícia Militar sediado em Campo Mourão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DNER no Estado, em forma de pedido de informações a respeito da ponte sobre o rio Piquiri, na BR-369. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de repúdio à catastrófica política cafeeira que vem sendo desenvolvida pelo IBC. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, em forma de pedido de informações a respeito da morte misteriosa do lavrador Júlio Borges Lopes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 18, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 57 e 58/80.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 95/77, 23/78, 48 e 80/79.

Levanta-se a sessão.